

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Segurança Alimentar e Nutricional

Período de Análise: 01/12/2014 a 31/12/2014

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Brasil e mais 12 países são reconhecidos pela FAO por combate à fome – Site da Carta Capital, Sociedade. 01/12/2014	3
Países conhecem programas que levaram Brasil a sair do Mapa da Fome – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 03/12/2014.....	4
Mais da metade da população quilombola convive com a fome no Brasil. Marcelo Pellegrini – Site da Carta Capital, Sociedade. 08/12/2014.....	5
“Não há nada mais escravizante do que a fome e a miséria”, diz ministra – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 09/12/2014.....	7
PAA é destaque no Seminário de Comercialização em São Paulo – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 16/12/2014.....	9
7,2 milhões de pessoas convivem a fome no Brasil, mostra IBGE. Wilson Tosta – O Estado de São Paulo, Brasil. 18/12/2014.....	9
Insegurança alimentar cai no Brasil, mas ainda atinge 52 milhões, mostra IBGE – Site da Carta Capital, Sociedade. 18/12/2014	12
Mais de 77,4% dos domicílios brasileiros estão em segurança alimentar – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 18/12/2014.....	13
Contratações para o Mais Alimentos somam R\$ 6,8 bilhões em 2014/15. Carine Ferreira – Valor Econômico, Agronegócios. 18/12/2014.....	14
Em dezembro, agricultores familiares recebem R\$ 9,2 milhões pelo PAA – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 26/12/2014.....	15
Mais municípios brasileiros passarão a adquirir produtos da agricultura familiar – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 29/12/2014	15
Conab doou mais de 42,9 mil toneladas de alimentos entre janeiro e novembro de 2014 – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 30/12/2014.....	16

Brasil e mais 12 países são reconhecidos pela FAO por combate à fome – Site da Carta Capital, Sociedade. 01/12/2014

Segundo a organização da ONU, Brasil avançou por colocar o combate à desnutrição no centro da agenda política, com programas como o Fome Zero e de apoio à agricultura familiar

O Brasil e mais 12 países foram premiados neste domingo 30 pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) pelos progressos obtidos na luta contra a fome, entre eles a redução da proporção de subnutridos e do número absoluto de pessoas com fome. A premiação foi entregue na sede da entidade, em Roma.

A ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, recebeu o prêmio em nome do Brasil. Também tiveram reconhecidos pela FAO seus esforços no combate à fome: Camarões, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Irã, Kiribati, Malásia, Mauritânia, Ilhas Maurício, México, Filipinas e Uruguai.

O diretor da organização, José Graziano, elogiou as iniciativas que levaram os 13 países aos progressos recentes no combate à fome, mas lembrou que ainda há muito a fazer para erradicar o problema globalmente.

“Vocês superaram grandes desafios em condições econômicas globais e ambientes políticos difíceis. Vocês demonstraram vontade e mobilizaram os meios”, disse Graziano aos representantes dos países vencedores. “Vocês confirmaram que acabar com a fome e a desnutrição no nosso tempo é um desafio, mas também mostraram que é viável”, acrescentou, de acordo com informações da FAO.

Segundo Graziano, apesar dos avanços, 805 milhões de pessoas no mundo ainda sofrem de desnutrição crônica. “É necessário melhorar a qualidade e eficiência dos sistemas alimentares, promover o desenvolvimento rural, aumentar a produtividade, aumentar a renda rural, melhorar o acesso aos alimentos e reforçar a proteção social”, listou.

Entre os esforços reconhecidos pela FAO estão o cumprimento antecipado do Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM) 1, de reduzir pela metade a proporção de pessoas com fome até 2015, e a meta proposta durante a Cúpula Mundial da Alimentação (CMA), em 1996, de reduzir pela metade o número absoluto de pessoas com fome também até 2015. O Brasil, Camarões e o Uruguai alcançaram as duas metas antecipadamente este ano.

Ao todo, segundo a FAO, 63 países em desenvolvimento atingiram a Meta 1 dos ODM, e mais seis devem alcançá-la em 2015. Dos 63, 25 também alcançaram a meta da CMA.

O Brasil, de acordo com a organização da ONU, avançou por colocar o combate à desnutrição no centro da agenda política, desde a implantação o Programa Fome Zero, em 2003, combinado com programas de apoio à agricultura familiar. A ligação entre proteção e apoio produtivo contribuiu para a geração de empregos e aumento real dos salários, levando à redução da fome e das desigualdades.

Países conhecem programas que levaram Brasil a sair do Mapa da Fome – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 03/12/2014

Encontro promovido pelo Programa Mundial de Alimentação (PMA) vai até esta quinta-feira (4), em Brasília, e reúne delegações de Camarões, Laos e Zimbábue

Brasília, 3 – Mais três países estão no Brasil para conhecer a experiência brasileira em segurança alimentar e nutricional que fez com que o país saísse do Mapa da Fome em 2014, segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). Delegações de Camarões, Laos e Zimbábue conheceram nesta quarta-feira (3) o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), a articulação de diversos programas na área e como se dá a participação social, ao participarem de encontro promovido pelo Programa Mundial de Alimentação (PMA), em Brasília, que segue até quinta-feira (4).

“Nos preocupamos com a saúde das crianças nas escolas do Zimbábue. Estamos vendo aqui [no Brasil] como fazer com que elas consumam alimentos nutritivos no ambiente escolar”, afirmou o ministro de Educação Primária e Secundária do país africano, Lazarus Dokora. Segundo o ministro, dos 14 milhões de pessoas que vivem no Zimbábue, 4 milhões são crianças que estão na escola e a experiência brasileira poderá ajudar o seu país a repensar as políticas públicas para promover a segurança alimentar e nutricional delas.

O coordenador-geral de Apoio à Implantação e Gestão do Sisan do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Élcio Magalhães, explicou como as políticas da área são coordenadas no Brasil e sugeriu que as ações não sejam realizadas isoladamente. “É necessário pensar em ações coordenadas para combater a fome, como ocorre no Sisan. A cultura de construção de ações de forma intersetorial é um bom exemplo do Estado brasileiro que pode ser utilizado por outros países”, destacou.

Magalhães também ressaltou o papel do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) na execução e monitoramento dos programas voltados para a luta contra a fome. “Os conselhos passaram a ser um instrumento para acompanhar e exigir a execução das políticas públicas pactuadas”, afirmou. O coordenador ainda defendeu que a garantia do direito à alimentação adequada é dever do Estado e que esta ação, ao mesmo tempo em que garante a segurança alimentar, dinamiza a economia local, como ocorre no Brasil.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) desenvolvida por meio do Plano Brasil Sem Miséria foram alguns dos temas apresentados aos participantes do encontro. Na terça-feira (2), as delegações visitaram agricultores familiares localizados no Assentamento Chapadinha, no Lago Oeste, em Brasília, e conheceram de perto o funcionamento das políticas públicas.

Mais da metade da população quilombola convive com a fome no Brasil. Marcelo Pellegrini – Site da Carta Capital, Sociedade. 08/12/2014

Apesar dos avanços no combate à fome, comunidades quilombolas permanecem com dificuldades para acessar os programas sociais e em situação de alta vulnerabilidade

Apesar do Brasil ter saído do mapa da fome no mundo, muitas comunidades tradicionais brasileiras localizadas em áreas de difícil acesso ainda vivem em situação de risco. O relatório divulgado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) no final de novembro revela que 55,6% dos adultos residentes em comunidades quilombolas vivem com fome ou sob o risco de inanição. A mesma realidade, embora em números um pouco menores, se reproduz na população infantil, na qual 41,1% das crianças e adolescentes quilombolas está sob esta condição. O cenário de fome não é o único problema. A pesquisa, realizada em 97 áreas, em 2011, revela grande vulnerabilidade social em outros índices como o acesso à água encanada, presente em menos da metade de domicílios, saúde e educação.

Majoritariamente compostas por negros, as comunidades quilombolas surgiram entre os séculos 16 e 19 durante escravidão, quando os quilombos eram refúgios de escravos fugidos da violência e da opressão de seus senhores. Com medo de serem recapturados, os escravos se forçaram a viver isolados, em regiões de difícil acesso, e de maneira autossuficiente. A lógica do isolamento prosseguiu depois da abolição da escravidão, quando muitos quilombos optaram por permanecer como povoados, e segue até hoje. Foi apenas com a Constituição Federal de 1988 que os moradores dos quilombos se transformaram em quilombolas e foram reconhecidos como comunidades tradicionais, com direito à propriedade e ao uso da terra ocupada.

Hoje, 2.431 comunidades quilombolas estão homologadas pelo governo federal. O número é três vezes maior do que o reconhecido até 2003. Ainda estão à espera da decisão federal outras 330 comunidades e mais 21 estão para ser oficializadas.

A homologação da terra pelo governo, contudo, não garante a melhoria da qualidade de vida dentro das áreas quilombolas. Segundo o levantamento do MDS, mais de 60% das lideranças quilombolas afirmam que não ocorreram alterações positivas em relação à infraestrutura de água e esgoto após a titulação do território. Além disso, constatou-se que apenas 5% dos domicílios tinham acesso a esgoto sanitário e menos de uma em cada dez casas contava com coleta de lixo.

Alexandro Reis, diretor do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-brasileiro da Fundação Cultural Palmares, ligada ao Ministério da Cultura, diz que a melhora dos indicadores é uma corrida contra o relógio. “Os levantamentos do gênero começaram em 2003, antes não se sabia nem quem era quilombola. Desde então, houve uma reunião de esforços políticos e institucionais para se reconhecer áreas quilombolas e levantar suas demandas com o Programa Brasil Quilombola”, conta.

O Programa Brasil Quilombola envolve 23 ministérios e órgãos federais para garantir o acesso à terra e melhorar as condições de vida nas comunidades, entre outras ações. Faz parte do programa o atendimento das comunidades por programas sociais, como o Bolsa Família. A pesquisa do MDS, no entanto, indica que ainda existe dificuldade logística

para acessar o programa de transferência de renda. De acordo com os dados, em 2011, apenas 61% dos domicílios contavam com o Bolsa Família, sendo que outras três em cada dez casa eram ajudadas com cestas básicas distribuídas por diferentes entidades. Ao todo, 45% da população quilombola na época vivia com até 70 reais ao mês. “A marginalização da população negra e quilombola no Brasil é algo histórico, diretamente ligado à discriminação e ao racismo. Equipá-los agora com programas de infraestrutura e transferência de renda é uma reparação histórica urgente”, argumenta Reis.

Além da pobreza, a pesquisa também revelou que não há agentes comunitários de saúde em 15% das comunidades visitadas. Em áreas como as regiões quilombolas, os agentes de saúde são considerados pelo Ministério da Saúde como a forma de assistência médica primária – sem eles não há nenhuma assistência de saúde para os moradores.

Isolamento e pobreza

A solução, segundo Reis, passa obrigatoriamente por aprofundar as relações entre o governo federal e os estados e municípios. “Muitas das áreas quilombolas se encontram em rincões de pobreza no País. A situação precária em que elas estão deve ser analisada considerando o entorno”, diz. Este é o caso de Ana Emília Moreira Santos, 53 anos, da comunidade Quilombo Matões dos Moreira, situada próximo ao município de Codó, no Maranhão.

Entre as cidades brasileiras, Codó se posiciona nas últimas posições do ranking que mede a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico, o chamado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) criado pelas Nações Unidas (ONU). Entre os 5.565 municípios brasileiros, Codó está na 4.255ª posição.

Mais grave é a situação dentro da comunidade de Ana Santos, que está em processo de certificação e ainda reproduz as mesmas mazelas notadas na pesquisa de 2011. “A água aqui não presta. É salgada e não serve para lavar, beber ou banhar. Só presta para regar as plantas”, conta. O gosto salgado deve-se à alta concentração de calcário no poço artesiano de onde a água é extraída. “Água pra beber é só a do caximbão [nome dado ao poço cavado manualmente]”, completa.

O Quilombo Matões dos Moreira fica a 58 quilômetros de distância de Codó. Não há estrada que ligue a comunidade ao município, o que contribui para seu isolamento e vulnerabilidade social. “Carro mesmo só entra uma vez por semana e no verão. No inverno [temporada de chuva], só saímos de barco, depois de atravessar 6 quilômetros de lama a pé, até chegar na MA [estrada estadual] e daí pegar um pau-de-arara [caminhonete improvisada para o transporte de pessoas]”, conta Ana Santos. Para ela, isso impede que os moradores mais pobres da comunidade façam o cadastro único do governo federal e tenham direito ao Bolsa Família. “Nós vivemos do que a agricultura familiar nos dá e quem é mais pobre não tem condições. Temos que quebrar coco, colher babaçu ou vender galinhas e peixes para conseguir uma renda extra que pague a passagem para a cidade”, diz. “Se tivesse a estrada, ao menos, seria mais fácil, mas a impressão que dá é que eles querem que continuemos assim abestalhados para não reclamarmos de nada”, completa.

Outro problema é o descaso das prefeituras. De acordo com a pesquisa do Ministério do Desenvolvimento Social, uma em cada cinco prefeituras demonstrou desinteresse ou

recusa em deslocar um agente social para cadastrar comunidades quilombolas no Cadastro Único, a base do pagamento do Bolsa Família. Em face disso, o governo espera que essas questões junto aos municípios sejam superadas nos próximos quatro anos.

Apesar dos obstáculos, o Quilombo Matões dos Moreira tem acumulado vitórias. “Vencemos uma disputa por terra na Justiça, no ano passado, e agora finalmente teremos nossa terra demarcada pelo Incra [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária]. Agora temos duas escolas de alternância na comunidade, o que permite que as crianças estudem metade do mês na comunidade e a outra metade na cidade. E também conseguimos o dinheiro federal para construir a estrada há dois anos, agora só falta a prefeitura fazer o que ainda não fez”, relata Santos.

O atraso nas obras que atendem comunidades quilombolas é algo comum no Brasil. Segundo Alexandre Reis, da Fundação Palmares, muitos municípios usam verba destinada a comunidades tradicionais, como os quilombolas, para outras obras que não as beneficiam. “Isso ainda é visto no País, mas o governo federal tem cobrado mais os governos e estados para garantir que o dinheiro tenha a destinação correta”, afirma. Hoje, apenas a Fundação Palmares, que presta assistência aos quilombolas, conta com um orçamento de 13 milhões de reais por ano.

Para Reis, programas federais como o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida têm melhorado a qualidade de vida nas comunidades e gerado renda. Ainda assim, é necessário articular melhor as ações e o diálogo com as cidades. “Após o relatório, o governo fez buscas ativas em comunidades de difícil acesso para cadastrar os moradores nos programas”, conta. “Investimento e acompanhamento não faltam. O que falta agora é estabelecer um plano de metas claro para os quilombolas e um maior envolvimento com os municípios, que muitas vezes negligenciam as comunidades”, completa.

Em entrevista concedida para a CartaCapital, a ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello, admitiu a dificuldade do governo em acessar as comunidades quilombolas, muitas vezes isoladas, e prometeu políticas públicas específicas para atendê-las. “Estamos fazendo políticas específicas. Desenvolvemos estratégias de busca ativa diferenciadas para indígenas, quilombolas e população de rua, na tentativa de incluí-los nos programas sociais do governo federal”, afirma. Segundo Campello, o MDS também investiu na contratação de assistência técnica específica para quilombolas a fim de garantir o desenvolvimento das comunidades sem desrespeitar suas culturas tradicionais.

Hoje, as regiões quilombolas com maior vulnerabilidade se encontram no Baixo Amazonas, seguidas pelo Nordeste Paraense e o Norte do Maranhão, onde está o quilombo de Ana Emília Santos.

“Não há nada mais escravizante do que a fome e a miséria”, diz ministra – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 09/12/2014

Durante evento em Fortaleza (CE), Tereza Campello reforçou que Brasil saiu do mapa da fome graças ao conjunto de políticas públicas que garantiram aumento da renda da população e maior acesso a alimentos

Brasília, 9 – A ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, disse que a fome, durante muito tempo, marcou a história da população pobre brasileira, principalmente a dos nordestinos, mas que foi possível mudar essa situação porque o tema foi colocado no centro da agenda das políticas públicas. “Não há nada mais escravizante do que a fome e a miséria”, ressaltou ela, nesta terça-feira (9), ao participar de debate no evento Brasil: o fim da miséria é só um começo, em Fortaleza (CE).

Campello disse também que a fome não é combatida somente com crescimento econômico. “Temos que atuar para garantir a diminuição da desigualdade e gerar oportunidades”, afirmou ela, ao explicar que o governo federal enfrentou a pobreza em suas diferentes dimensões, garantindo renda, mas também cuidando de melhorar as oportunidades para inserção econômica dessas famílias, assim como o seu acesso a serviços.

A ministra exaltou a saída do país do Mapa Mundial da Fome, segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO). Entre 2002 e 2013, o país reduziu em 82% a população de brasileiros considerados em situação de subalimentação. Hoje, 98,3% da população brasileira têm acesso a alimentos. Entre os fatores decisivos para a conquista brasileira está o aumento da renda dos mais pobres e da produção de alimentos disponíveis para a população.

“Já nasceu no nosso país a primeira geração de crianças sem fome e na escola. Elas não vão repetir a trajetória de seus pais”, destacou ela, ao falar que, no Brasil, 43 milhões de alunos têm pelo menos uma refeição por dia – o que equivale a uma Argentina inteira sendo alimentada com a merenda escolar.

A ministra apresentou dados para rebater as críticas feitas às famílias do Bolsa Família. “Muitos ainda falam que o beneficiário do programa é um perdedor ou é preguiçoso. Metade desse público não trabalha mesmo, porque tem menos de 18 anos.” Segundo estudos do MDS, 75% dos beneficiários adultos trabalham.

Participaram também do debate o jornalista e biógrafo Lira Neto e o assessor especial da Ação da Cidadania Daniel Souza, filho do sociólogo Betinho.

Programação – A ministra Tereza Campello participou ainda da abertura da exposição multimídia Os Filhos Deste Solo: olhares sobre o povo brasileiro, no Museu da Cultura Cearense do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, e da apresentação pela primeira vez ao público nacional do documentário Aqui deste Lugar, dos cineastas Sérgio Machado e Fernando Coimbra.

A mostra traz painéis e projeções fotográficas, documentos, vídeos, depoimentos, infográficos, trilha sonora original e instalação artística que mostram os impactos positivos das novas políticas públicas na vida dos brasileiros.

O filme registra o cotidiano e os sonhos das famílias de baixa renda integrantes do Bolsa Família. Os eventos foram realizados pelo governo do Ceará, com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Instituto Dragão do Mar.

PAA é destaque no Seminário de Comercialização em São Paulo – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 16/12/2014

Durante evento, foram apresentados dispositivos do governo federal para incentivar a agricultura familiar

Brasília, 16 – O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) apresentou nesta terça-feira (16) o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no painel Compras Públicas do Seminário de Comercialização em São Paulo. O evento, paralelo ao VI Congresso da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da CUT no Estado de São Paulo (Conafesp), segue até esta quarta (17).

De acordo com a coordenadora geral de Aquisições e Distribuição de Alimentos do MDS, Hétel Leepkahn, o encontro foi uma oportunidade para divulgar as possibilidades de acesso aos mercados de alimentos disponíveis para a agricultura familiar, como a modalidade Compra Institucional.

Hétel explicou que foram apresentados os mecanismos que as organizações da agricultura familiar têm para acessar os mercados institucionais, como restaurantes universitários e refeitórios das Forças Armadas, hospitais públicos e presídios. “Podemos mostrar aos participantes o que o governo federal tem feito para aumentar o acesso ao mercado institucional pela agricultura familiar”, completou.

Participaram do painel agricultores familiares, lideranças das cooperativas de produção e comercialização de São Paulo. Na ocasião, também foi discutida a relação entre o campo e a cidade para a garantia da segurança alimentar e nutricional.

7,2 milhões de pessoas convivem a fome no Brasil, mostra IBGE. Wilson Tosta – O Estado de São Paulo, Brasil. 18/12/2014

Segundo a pesquisa do IBGE, um em cada quatro lares brasileiros ainda vivia em 2013 algum grau de insegurança alimentar

RIO - Mais de 7 milhões de brasileiros convivem com a fome, constatou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Suplemento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) divulgado nesta quinta-feira, 18. Segundo o documento, 7,2 milhões de brasileiros moram em 2,1 milhões de domicílios onde pelo menos uma pessoa passou um dia inteiro sem comer por falta de dinheiro para comprar comida, nos três meses anteriores à pesquisa. No termo técnico, essas pessoas vivem em insegurança alimentar grave e são 3,6% do total de moradores em domicílios particulares (193,9 milhões).

Houve avanço em relação a 2009, quando 11,3 milhões de pessoas (5,8% do total) vivam sob ameaça da fome - uma redução de 36%. A pesquisa não revela quantas pessoas efetivamente passam fome no País. Em 2013 o IBGE investigou pela primeira vez a atitude das famílias diante da falta de alimentos e não há comparação com outros anos.

Além disso, um em cada quatro lares brasileiros ainda vivia em 2013 algum grau de insegurança alimentar. A pesquisa mostra que, na comparação com 2004, reduziu-se no

ano passado o percentual de brasileiros que passavam fome ou estiveram perto disso. Também cresceu no período a proporção de domicílios com acesso adequado aos alimentos, em quantidade e qualidade. Chegaram a 50,5 milhões de domicílios - mais de três quartos dos 65,3 milhões de residências. Neles, moravam 149,4 milhões de pessoas, 74,2% dos habitantes do País.

A pesquisa usou a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). Ela considera em segurança alimentar (SA) um domicílio cujos moradores, nos 90 dias anteriores à entrevista, tiveram acesso a alimentos em qualidade e quantidade adequadas e não se sentiram na iminência de sofrer restrição de alimentação. Em Insegurança Alimentar Leve (IL) estão os lares nos quais, no período de referência, foi detectada preocupação com a quantidade e qualidade dos alimentos. A Insegurança Alimentar Moderada (IM) ocorre em residências com restrição na quantidade de comida. E a Insegurança Alimentar Grave (IG) acontece em domicílios nos quais faltam alimentos, atingindo não só adultos, mas também crianças, podendo chegar à fome.

"A redução (de 2004 a 2013) ocorreu no País como um todo, na insegurança alimentar leve, moderada e grave", disse a pesquisadora do IBGE Adriana Araújo Beringuy. "Quando é feita a análise comparando as áreas urbana e rural, constata-se que a urbana segue o padrão do País. No entanto, na área rural, caem as IAs moderada e grave, mas a leve aumenta."

Aumento. A expansão de domicílios particulares em segurança alimentar evoluiu de 65,1% (2004) para 69,8% (2009) e 77,4% (2013). Das três formas de insegurança alimentar, a leve foi a única em que houve aumento no período, de 18% em 2004 para 18,7% em 2009, mas no ano passado caiu para 14,8%. Na moderada, o recuo foi de 9,9% para 6,5% e 4,6%. Na grave, situação que caracteriza a fome, a redução foi de 6,9% para 5% e 3,2%. O IBGE constatou, porém, aumento na IA leve na área rural de 19,5% para 21,4% dos lares (em 2009 e 2013). Houve ainda nessas áreas recuo nas IAs moderada ou grave no período: de 15,6% para 13,9%.

Os números da PNAD mostram que de 2009 para 2013 cresceu de 70,7% para 79,5% o percentual de lares brasileiros da área urbana em segurança alimentar. Nas regiões rurais, houve queda de apenas 0,1 ponto: de 64,8% para 64,7%.

A pesquisa também constatou que eram perto de 52 milhões os moradores do Brasil que, em 2013, viveram alguma forma de insegurança alimentar - da preocupação com uma hipotética falta de alimento à situação real de passar fome. Estavam em 14,7 milhões de domicílios, 22,6% do total. Em IA leve, estavam 14,8% (9,6 milhões) dos lares, com 34,5 milhões de habitantes e 17,1% a população. Em IA moderada, havia 4,6% (3 milhões) das residências, onde moravam 10,3 milhões de pessoas, 5,1% dos moradores.

O recuo nacional em todas as formas de insegurança alimentar ocorrido em 2013, porém, foi desigual. As Regiões Norte e Nordeste apresentaram as maiores proporções dessas situações, respectivamente de 36,1% e 38,1%. São percentuais consideravelmente maiores dos que foram registrados no Sudeste (14,5%), no Sul (14,9%) e no Centro-Oeste (18,2%). Quando o foco é a insegurança alimentar grave, que caracteriza situações de fome, nortistas e nordestinos têm as maiores proporções:

6,7% re 5,6%. No Centro-Oeste, esse percentual chegou no ano passado a 2,3%; no Sudeste e no Sul, a 1,9%.

Nordeste. Apesar disso, foi entre os nordestinos que ocorreu o maior aumento na segurança alimentar no período investigado. A PNAD constatou que, de 2004 a 2013, a proporção de lares em situação de segurança alimentar cresceu de 46,4 para 61,9% - 15,5 pontos percentuais. Depois de apresentar pequeno aumento no percentual de residências em SA de 2004 (68,8%) para 2009 (69,8%), o Centro-Oeste registrou em 2013 81,8%. Foi um aumento de 12,1 pontos.

O Nordeste permaneceu no ano passado como a região com menor proporção de domicílios em segurança alimentar. Quase metade (44,2%, perto de um em cada dois) das residências em IA estava em 2013 em um dos nove Estados nordestinos. É um percentual bem maior do que a proporção de domicílios particulares do País situadas neles: 26,2%, um em cada quatro.

O IBGE também constatou que em 2013, em todas as regiões, a proporção de domicílios em segurança alimentar era maior na região urbana que na rural. Trata-se de uma mudança em relação a 2009, quando no Sul e no Centro-Oeste o percentual de domicílios em SA era menor no meio urbano. No ano passado, a região com maior percentual de insegurança alimentar moderada ou grave (13,1%) na área urbana, na comparação com as demais, foi a Norte. Na área rural, esse posto ficou com o Nordeste: 20,1%.

"As prevalências de IA na área rural eram maiores que as verificadas nas áreas urbanas", diz o estudo. "Em 2013, enquanto 6,8% dos domicílios da área urbana tinham moradores em situação de IA moderada ou grave, na área rural a proporção foi de 13,9%. Nos domicílios particulares urbanos em IA moderada ou grave viviam 7,4% da população urbana, enquanto nos rurais viviam 15,8% da população rural."

São Paulo em terceiro lugar. Na comparação entre todas as Unidades da Federação, São Paulo, Estado mais rico do País, fica em terceiro lugar em segurança alimentar. De acordo com a pesquisa, 88,4% de seus domicílios estavam nesta situação no ano passado. O primeiro colocado no quesito era o Espírito Santo, com 89,6%, seguido de Santa Catarina, com 88,9%. Com menos da metade de seus domicílios com alimentação assegurada, Maranhão (39,1%) e Piauí (44,4%) ficaram nas duas últimas posições. Mesmo assim, registraram no ano passado aumento na SA, de 3,6 e 3,3 pontos, respectivamente.

Mesmo registrando avanços, todos os Estados nordestinos apresentaram taxas de segurança alimentar inferiores aos 77,4% nacionais em 2013. Com 74,1%, Pernambuco foi o Estado brasileiro que chegou mais perto desse patamar. Na Região Norte, apenas um Estado apresentou proporção de domicílios em SA acima da nacional. Foi Rondônia, com 78,4%.

Insegurança alimentar cai no Brasil, mas ainda atinge 52 milhões, mostra IBGE – Site da Carta Capital, Sociedade. 18/12/2014

A insegurança alimentar grave, que pode representar risco de fome, caiu de 5% para 3,2% entre 2009 e 2013, e atinge 7 milhões de pessoas

O número de domicílios em situação de insegurança alimentar no Brasil continua caindo, mas ainda existem cerca de 52 milhões de brasileiros sem acesso diário à comida de qualidade e na quantidade satisfatória. Segundo o suplemento de Segurança Alimentar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2013, divulgado nesta quinta-feira 18 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos 65,3 milhões de domicílios registrados, 22,6% estavam em situação de insegurança alimentar. Esse percentual era 29,5% em 2009 e 34,8% em 2004, anos anteriores da pesquisa.

Dos 14,7 milhões de domicílios com algum tipo de insegurança (22,6%), em 9,6 milhões (14,8%) moravam 34,5 milhões de pessoas (17,1%) da população residente em domicílios particulares em situação de segurança alimentar leve. Nesses lares havia a preocupação quanto ao acesso aos alimentos no futuro. Os domicílios com moradores vivendo em situação de insegurança alimentar moderada representavam 4,6% do total. Ao todo 10,3 milhões de pessoas nessa situação ou 5,1% conviviam com limitação de acesso quantitativo aos alimentos. A prevalência de domicílios com pessoas em situação de insegurança alimentar grave era 3,2%. Em números absolutos, 7,2 milhões de pessoas ou 3,6% dos moradores de domicílios particulares reportaram alguma experiência de fome no período investigado. Em 2009, esse percentual era 5% e em 2004, 6,9%.

Para o IBGE, os domicílios com insegurança alimentar leve são aqueles em que foi detectada alguma preocupação com a quantidade e qualidade dos alimentos disponíveis. Naqueles com insegurança alimentar moderada, os moradores conviveram com a restrição de alimento em termos quantitativos. Já nos domicílios com insegurança alimentar grave, os membros da família passaram por privação de alimentos, cujo grau mais extremo é a fome.

O estudo mostra também que a prevalência dos três níveis de insegurança alimentar caíram entre 2009 e 2013. O número de famílias em situação de segurança alimentar aumentou cerca de oito pontos percentuais em quatro anos ao alcançar 77,4% dos domicílios em 2013. Aproximadamente 150 milhões de pessoas tinham acesso regular e permanente a alimentos de qualidade em quantidade suficiente, segundo o estudo.

De acordo com a pesquisa, a área rural concentrava o maior número de domicílios com indivíduos em situação de insegurança alimentar: 35,3% (13,9% moderada ou grave). Na área urbana, esse percentual era 20,5% (6,8% moderada ou grave). Em 2009, o índice foi 43,7% e 29,3%, respectivamente. Nos domicílios particulares urbanos em situação de insegurança alimentar moderada ou grave viviam 7,4% da população urbana, enquanto nos domicílios rurais moravam 15,8% da população.

Em relação às regiões do território nacional, o Norte e o Nordeste tinham o maior número de domicílios com pessoas em situação de insegurança alimentar (36,1% e

38,1%, respectivamente) no ano passado. Nas demais regiões esse percentual não chegou a 20%. O Sudeste apresentou o menor índice, 14,5%. Norte e Nordeste também concentravam os maiores percentuais de domicílios com pessoas em situação de insegurança alimentar grave (6,7% e 5,6%). No Sul e Sudeste, a prevalência ficou em 1,9% e 2,3%. Por outro lado, entre 2004 e 2013, o incremento mais expressivo do percentual de domicílios com pessoas comendo bem foi identificado no Nordeste (15,5 pontos percentual), com aumento de 46,4% para 61,9%.

O Espírito Santo foi o estado com o maior índice de segurança alimentar (89,65%), seguido de Santa Catarina (88,9%) e São Paulo (88,4%). As unidades da Federação com as menores prevalências foram: Maranhão (39,1%) e Piauí (39,1%), onde menos da metade dos domicílios particulares tinha alimentação assegurada, apesar do aumento de 3,6 e 3,3 pontos percentuais. No Nordeste, todos os estados apresentaram taxas inferiores à média nacional (77,4%). Na Região Norte, apenas Rondônia registrou prevalência de segurança alimentar acima da média nacional, 78,4%.

Mais de 77,4% dos domicílios brasileiros estão em segurança alimentar – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 18/12/2014

Ao todo, são 149,4 milhões de brasileiros que não apresentaram restrição alimentar ou, pelo menos, preocupação com a possibilidade de ocorrer restrição, devido à falta de recursos para adquirir alimentos

Brasília, 18 – Entre 2004 e 2013, subiu de 65,1% para 77,4% o número de domicílios brasileiros em situação de segurança alimentar. O resultado foi apresentado nesta quinta-feira (18) no levantamento suplementar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2013 sobre segurança alimentar. A melhoria foi verificada principalmente nos grupos de menor escolaridade, crianças, idosos e pretos e pardos. A análise foi produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Ao todo, são 149,4 milhões de brasileiros que não apresentam qualquer restrição alimentar ou, pelo menos, preocupação com a possibilidade de ocorrer restrição devido à falta de recursos para adquirir alimentos. “O Brasil vive um momento estratégico de redução sistemática da insegurança alimentar. É o oposto do que ocorre em outros países desenvolvidos”, destaca a ministra Tereza Campello.

O estudo mostra que, em 2013, a prevalência de domicílios com pessoas em situação de insegurança alimentar grave era de 3,2%, representando cerca de 7,2 milhões de pessoas que passaram, em algum momento nos três meses anteriores à pesquisa, por algum tipo de privação de alimentos, incluindo crianças. “Chegamos a um patamar próximo de 3%, que foi o patamar americano no momento onde havia a melhor taxa de segurança alimentar nos EUA medida pelo mesmo tipo de pesquisa”, afirma a ministra.

Entre 2004 e 2013, o Nordeste teve o maior percentual de redução da insegurança alimentar grave, com 58%. A região também registrou o aumento mais expressivo de domicílios em situação segurança alimentar, passando de 46,4% para 61,9%.

A insegurança alimentar grave também caiu na área rural - em 2009, era de 7,1% e, em 2013, estava em 5,5%, enquanto no meio urbano reduziu de 4,6% para 2,8%. Em famílias pretas ou pardas, em 2013, a insegurança alimentar foi diagnosticada moderada e grave em 29,8% das famílias. Enquanto, para os brancos, este número foi de 14,4%.

Mapa Mundial da Fome – Os dados reforçam a saída do Brasil do Mapa da Fome, segundo relatório da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), com uma queda de 82% da população de brasileiros considerados em situação de subalimentação entre 2002 e 2013. Utilizando metodologia diferente, a FAO aponta que atualmente apenas 1,7% da população está subalimentada, cerca de 3,4 milhões de pessoas.

Segundo a FAO, o Brasil conseguiu superar a fome e reduzir a desnutrição a partir de uma estratégia que reuniu: o aumento da oferta de alimentos: em 10 anos, a disponibilidade de calorias para a população cresceu 10%; o aumento da renda dos mais pobres com o crescimento real de 71,5% do salário mínimo e a geração de 21 milhões de empregos; o Programa Bolsa Família que chega a 14 milhões de famílias; a merenda escolar que atende a 43 milhões de crianças e jovens nas escolas; e governança, a transparência e a participação da sociedade, com a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

Contratações para o Mais Alimentos somam R\$ 6,8 bilhões em 2014/15. Carine Ferreira – Valor Econômico, Agronegócios. 18/12/2014

SÃO PAULO - Nos primeiros cinco meses da safra 2014/2015 (julho a novembro), agricultores familiares brasileiros já contrataram mais de R\$ 6,8 bilhões do programa Mais Alimentos, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para investimento em suas propriedades rurais, segundo comunicado do ministério.

O valor representa 54% do crédito de investimento acessado na safra anterior — total de R\$ 12,7 bilhões.

O Mais Alimentos é um programa que tem como base uma linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que possibilita o financiamento de maquinários agrícolas com juros e prazos especiais.

“Nós temos aumentado a cada safra mais de 50% de aplicação. O nosso programa possibilitou a mudança no perfil da dívida do agricultor familiar que era uma dívida de curto prazo, de custeio, e passou a ser uma dívida de médio e longo prazo, investimento. Estamos levando tecnologia para a agricultura familiar no campo”, disse em nota o coordenador do programa, Marco Antonio Viana Leite.

Na versão internacional do programa, o Brasil fez neste ano sua primeira exportação de equipamentos agrícolas para o Zimbábue, na África. Foram 80 arados e 30 distribuidores de calcários, 1.100 motobombas, 320 tratores, entre outros produtos exportados, com o objetivo de ajudar no desenvolvimento do setor rural do país.

Além do Zimbábue, participam do programa Moçambique, Senegal, Gana, Quênia e Cuba. Já são mais de 30 indústrias habilitadas no programa e em processo de exportação

de tratores, máquinas e equipamentos com alto grau de tecnologia embarcada. A previsão de exportações de máquinas e equipamentos agrícolas fabricados no Brasil, dentro do programa, é de 63.814 equipamentos.

Em dezembro, agricultores familiares recebem R\$ 9,2 milhões pelo PAA – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 26/12/2014

Os agricultores familiares que venderam produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade Compra com Doação Simultânea, recebem em dezembro R\$ 9,2 milhões do Governo Federal. No total, são mais de 4 mil agricultores familiares que comercializaram com prefeituras e governos estaduais.

O PAA tem o objetivo de fortalecer as cadeias produtivas locais de agricultura familiar. Os produtos são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar, bem como àquelas atendidas pela rede socioassistencial, nos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional (restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos) e nas instituições públicas ou filantrópicas de ensino.

Os recursos são depositados diretamente na conta bancária dos agricultores familiares, que podem sacar o dinheiro com cartão bancário específico do PAA ou utilizá-lo em operações de débito. Os pagamentos são feitos regularmente todo mês, o que permite que o agricultor receba o recurso, no máximo, 30 dias após cada entrega de produtos. A operação do programa também evita o desabastecimento das entidades que recebem os alimentos.

Mais municípios brasileiros passarão a adquirir produtos da agricultura familiar – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 29/12/2014

Agora, 735 municípios de 24 estados estão aptos a operar o novo modelo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Isso significa crescimento de mercado para produtos da agricultura familiar. Doze prefeituras de localidades da Bahia, Minas Gerais, Maranhão, Santa Catarina, Sergipe e Rio Grande do Sul firmaram compromisso com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para executar o PAA na modalidade Compra com Doação Simultânea.

Na Compra com Doação Simultânea, os produtos adquiridos dos agricultores familiares são distribuídos às entidades da rede socioassistencial e aos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional - restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos.

O pagamento é feito diretamente aos agricultores familiares, por meio de cartão bancário, sem haver repasse de recursos para governo estaduais e municipais. Os gestores públicos operam o PAA, com a articulação junto aos produtores, recebimento e distribuição dos alimentos e lançamento da nota fiscal no sistema operacional do programa.

Próximo passo – As prefeituras que aderiram ao novo modelo devem elaborar um plano operacional com propostas de participação no programa. O documento apresenta metas relacionadas ao número de fornecedores e de entidades a serem atendidas.

São definidos também os parâmetros de execução, como o percentual de agricultores familiares em situação de pobreza a venderem a produção, o de mulheres agricultoras e o de produtos orgânicos ou agroecológicos a serem adquiridos.

Os termos de adesão permitem que estados e municípios executem as ações de maneira mais simples e ágil. Além disso, o acompanhamento e o monitoramento das ações são realizados por meio de um sistema informatizado, alimentado pelos gestores locais, garantindo a transparência e a segurança na execução.

Conab doou mais de 42,9 mil toneladas de alimentos entre janeiro e novembro de 2014 – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 30/12/2014

Entre janeiro e novembro deste ano, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) doou mais de 42,9 mil toneladas de alimentos. Deste montante, 30,8 mil t foram entregues a diversas populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. Estas doações seguiram para comunidades de acampados (11.537 t), de quilombolas (4.871 t), de terreiros (1.923 t), atingidos por barragens (2.117 t), indígenas (6.350 t), marisqueiras, caranguejeiras e pescadores artesanais (329 t) e vítimas de calamidades (646 t). Outras 3.101 t foram entregues a outras comunidades. Estas ações correspondem a quase 1,4 mil cestas e um total de 351 mil famílias beneficiadas.

Neste mesmo período, outras 12,1 mil t atenderam a assistência humanitária internacional. Os alimentos foram doados para a Cisjordânia (452 t), Gaza (7.071 t), Nicarágua (600 t), Líbano (795 t), Síria (2.451 t) e Jordânia (731 t). O objetivo da ajuda internacional é prover de alimentos os países que sofrem catástrofes diversas. A Conab atua diretamente na aquisição dos alimentos, armazenagem e participa na logística de disponibilização do produto até o porto de origem. No Brasil, a Coordenação Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome (Cgfome) é do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búriço, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Secretária
Diva de Faria



cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214
Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa